

O EQUILÍBRIO DO CAPITAL: PANORAMA CIENTÍFICO, HISTÓRICO, E DOUTRINAL DA ANÁLISE CONTÁBIL E CONSULTORIA SUPERIOR

Rodrigo Antônio Chaves da Silva*

“... Do mesmo modo, qualquer um pode encolerizar-se, dar ou gastar dinheiro, pois isso é fácil; mas proceder assim em relação à pessoa que convém, na medida, ocasião, motivo e da maneira que convém, não é para qualquer um, e nem é fácil... O homem liberal dará e gastará as quantias certas com os objetos certos, quer sejam coisas pequenas, quer sejam grandes (...)”¹

Aristóteles (384-322 a.C.),

Ética a Nicômaco. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2005. p. 54 e 83.

“2 – O equilíbrio dos valores se reconhece pela plena capacidade de obtenção do rédito e da cobertura das exigibilidades, nos diversos momentos da vida azidental, dentro dos princípios de sobrevivência e dilatação do capital”

2ª Lei do equilíbrio patrimonial - Antônio Lopes de Sá,

Teoria do capital das empresas. Rio de Janeiro: FGV, 1965. p. 110.

* Contador e Acadêmico do curso de administração da UNIPAC de Raul Soares, Membro da Associação científica Internacional Neopatrimonialista (ACIN) e do clube de *Balanced Scorecard da Argentina*

¹ Veja que um dos maiores filósofos gregos abordava sobre o comportamento patrimonial, dizendo que os gastos e as doações de dinheiro deviam ter uma proporção certa; também ensinando, que o homem liberal movimenta a sua riqueza na quantia certa, ou seja, com harmonia. São sintomas claros do equilíbrio do capital, já que, Aristóteles, fora o primeiro a distinguir a contabilidade das outras ciências, definindo conceitos importantes como os que tratamos neste ensaio. (Os negritos e sublinhas são nossos e expõem o início de uma doutrina do equilíbrio do capital encetada na filosofia aristotélica há mais de 2300 anos atrás).

RESUMO

O equilíbrio do capital é um estado por excelência estudado pelos diversos cientistas de nossa disciplina, sendo que, por sua alta relevância, chegou a ser considerado objeto de estudos da contabilidade, em doutrina contábil específica. Realmente, o ponto de harmonia entre a proporção e o movimento, das principais partes do patrimônio, é fundamental para que toda a organização constituída possua o estado de fortuna e prosperidade. As pesquisas dos grandes doutrinadores da contabilidade brasileira e estrangeira, formam um arcabouço que nos serve de base para a produção de uma consultoria superior, que se realiza por meio da análise patrimonial, cuja finalidade é diagnosticar e orientar, conforme o caso, as empresas, na correta manutenção dos seus investimentos, financiamentos, custos, receitas e rédito. O objetivo deste artigo   tratar alguns pontos desta doutrina geral, que expõe os princípios do equilíbrio, no o sublimada para a forma o de orienta es especiais, que visam a sanidade do capital ordenadamente constituído.

PALAVRAS-CHAVE

Análise de Balanço; Doutrina do Equilíbrio; Consultoria superior contábil; Neopatrimonialismo e sua filosofia.

1. INTRODU O

O equilíbrio do capital, estado este inseparável das pesquisas científicas da contabilidade e demais ciências gerenciais, sem o qual torna difícil a harmonia de funcionamento do mesmo complexo de riqueza constituída para o lucro ou demais objetivos sociais, formulou uma série de interpreta es e inquiri es sobre a sua essência, característica, causa, efeito, razão e funcionamento. Os empreendimentos científicos testados no começo do século XX, aprofundados em raciocínios coerentes, em meados do mesmo século, alcançaram no final deste período exposi es relevantes, formando o arcabouço régio que formula uma das principais teorias patrimoniais: a da estabilidade funcional, ou melhor, a da paridade dos valores movimentados e formadores do objeto-capital.

Na verdade, os estudos da estrutura não devem ser observados somente nas “propor es est ticas”, e sim nas “propor es dinâmicas”, que o espaço-tempo patrimonial transmite em seu devir. A simetria dos valores só existe quando a propor o se define com adequada agrega o do espaço da massa (lucros), e o seu pertinente movimento (giro), o que não quer dizer também que deixe de surgir a estabilidade de cada um desses fatos (o giro ou o lucro) em particular. Porém, ambos

(movimento e proporção) devem possuir uma capacidade que se adeque à característica do negócio, e consecução dos seus objetivos, considerando as influências ambientais externas, como as alterações mercadológicas.

Este panorama, num complexo de idéias, se definiu na escola dos pensadores nacionais e internacionais, em mais de meio século de existência.

Atualmente o tema “equilíbrio do capital” se torna um dos mais relevantes, visto que a atividade moderna prevista por grandes doutrinadores da contabilidade² é uma necessidade de posição do profissional contábil no mercado. Os estudos empresariais exigem cultura superior, e esta do profissional que se empenhe e pratique o conhecimento absorvido, a fim do mesmo conseguir inovações qualitativas e úteis para a administração patrimonial.

O artigo se divide em três principais partes: 1ª) trataremos dos aspectos históricos e de pesquisa que encetam a análise de balanços-análise contábil; 2ª) abordaremos as principais posições dos cientistas contábeis diversos, e ofereceremos quocientes para a análise patrimonial; 3ª) ressaltaremos a importância da consultoria superior comprovada na moderna doutrina contábil neopatrimonialista, e sua filosofia. Esta será uma divisão da exposição que será realizada no decorrer de nosso trabalho.

A metodologia deste ensaio é amparada em pensamento racional; utilizamos o método bibliográfico e histórico em nossa abordagem. É teórica nossa posição para que possamos orientar nossa prática. Também é uma revisão bibliográfica conforme Einstein (EINSTEIN, Albert; INFELD, Leopold. *A evolução da Física*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1988) e Hawking (HAWKING, Stephen Wiliam. *Uma breve história do tempo*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1999) propuseram na Física). Porém, acrescentando os processos mínimos para a análise científica e consultoria superior.

Como o estudo do equilíbrio do capital não tem sido somente o dos mais importantes, mas um dos mais imprescindíveis, a relevância se mantém no mesmo grau da impreterível exigência de absorção de cultu-

² Um deles foi Francisco D'auria, que dizia há mais meio século, que o futuro da contabilidade estaria na consultoria e análise de balanços, na inteligência patrimonial, e não apenas nas revisões, e mecânica da escrituração (In: D'AURIA, Francisco. *Revisão Contábil*. 2ª edição. São Paulo. Companhia Editora Nacional S.A. 1962.).

ra da parte do contador, para que promova consultorias adequadas para a tomada de decisão, atentando-se aos estados patrimoniais, destinados às patologias evidentes, e disciplinando a marcha dos fenômenos para a eficácia.

O objetivo deste artigo é abordar sobre este tema nunca consútil e sempre exigente para os processos de análise patrimonial; oferecendo, através de uma abordagem doutrinal e histórica, os principais pontos de sua importância, a condição para o seu entendimento, e principalmente, os aspectos do seu funcionamento; extraindo as suas razões para a explicação das suas causas e efeitos; e as suas posições de relatividade, fornecendo assim, a capacidade de se pensar contabilmente, interpretando tal estado que transmite a fortuna e a prosperidade na célula social.

2. O ESTUDO DO CAPITAL, E O PRINCÍPIO HISTÓRICO DA ANÁLISE DE BALANÇOS

A fase científica da contabilidade realmente teve início quando os diversos pensadores passaram a decifrar o que estava nas contas, assim, interpretando a linguagem dos balanços e das informações, numa tradução explicativa.

O lançamento, pois, nunca foi o fim, mas o meio para que a técnica contábil demonstrasse informações suficientes para que se fizesse a ciência.

A conta, os balanços, a produção de demonstrações, ou prestações de contas fiscais, a informação em si, mesmo que patrimonial, passava a ser sintetizada em seus dados, para que desse ao contador embasamento necessário para explicar o funcionamento do fenômeno patrimonial, tal como definir orientações para a sua gestão³.

Assim nos conta a história: quando Coffy (*Apud* – Carvalho, 1973) reclamava uma cadeira na academia de ciência da França para a contabilidade, definia a mesma ciência no ramo das “econômicas”; elucidando o mestre, que não era a conta, o balanço, e a informação a principal

³ Sabemos que o uso das contas, e a elaboração de balanços e demonstrações, fazem parte do cotidiano do contador, porém, os que vivenciam esta rotina contábil, percebem que tais práticas são apenas instrumentos, caminhos matemáticos, ou de memória, para que tenhamos um histórico dos fenômenos patrimoniais, objetos da gestão.

finalidade da atividade do contador, mas, sim, os estudos analíticos da escrituração, ou, poderíamos assim dizer, “do capital” expresso nos registros.

E Costay (*Apud* – D`auria, 1956) concordou – como avaliador da tese licenciado pela mesma academia – com tal teoria, dizendo que a contabilidade somente conseguiria o seu propósito como ciência, se estudasse o capital público e privado, oferecendo um problema teórico para a solução contábil.

A fase científica, teórica e filosófica da contabilidade iniciou-se oficialmente com o problema de Costay.

E lógico que, ao estudarmos tal problema, vemos que a essência de tal máxima acenava que a contabilidade deveria estudar as partes do capital, a sua movimentação, proporção, e compreender o seu funcionamento. O equilíbrio era um objeto firme e principal deste teorema. Para o cientista francês, a simetria do complexo, harmoniosamente, deveria se interagir com as suas partes, como um principal alvo de estudo, que somente a cultura superior do contador e da contabilidade poderiam resolver. Acabou sendo para o mestre um fundamental problema o equilíbrio, para a razão da ciência do patrimônio das células sociais.

Mas, imortal verdade, foi aquela que o homem-contábil sempre procurou estudar o patrimônio, através das informações que o demonstravam, e das contas que anotavam os fatos.

Então, o homem procurou desde antanho estudar e analisar o patrimônio para que ele o visse em seu comportamento; e desde o décimo sexto século da era cristã, isso se revelou como paradigmático, pois vemos ensaios desta tecnologia contábil nas pesquisas do frei Ângelo Pietra (*Apud* – Sá, 1961) em 1586.

Após a revolução científica da contabilidade – iniciada com Coffy e Costay –, uma áurea para os estudos dos fenômenos patrimoniais se enacetava, e tanto na Europa como nas Américas, os estudiosos produziam obras de interesse neste tema.

Os estudos patrimoniais estrearam na Itália com Francesco Villa, Giuseppe de Cerboni e Giovanni Rossi, intensificando-se com Fabio Besta, Carlo Ghidiglia, Vitério Alfieri, Vincenzo Masi, Gino Zappa e Alberto Ceccherelli (MASI, 1971; ALOE, 1969); cujas idéias perduram até os dias de hoje, nas teorias de nosso conhecimento. Na Alemanha os estudos da essência patrimonial foram melhores enfatizados, na figura de Hoffmann e Schmalenbach (SÁ, 1997). Embora tenha sido

na América do Norte que os estudos alcançaram uma maior extensão, devido aos movimentos financeiros em Bancos, que se intensificaram nas primeiras décadas do século XX.

Não é verdade, porém, que a análise de balanço surgiu nesta época – como vimos, houve os ensaios de Ângelo Pietra e Costay –, mas, especialmente, nos Estados Unidos, no início do século XX, que ela alcançou relevo como atividade consuetudinária, voltada principalmente para os estudos financeiros de casas bancárias, na suas concessões de créditos para empresas diversas.

O professor Matarazzo (1998) chegou a afirmar que o pai da análise de Balanços, como modernamente concebida, foi o professor Alexander Wall, todavia, ele denotou que este mesmo autor, produziu suas obras com vistas aos estudos das informações contábeis – porque sabia que a contabilidade não poderia apenas informar, todavia explicar as informações –, servindo também para a análise do crédito a ser fornecido por bancos, contudo, sempre estendendo esta atividade para quaisquer empreendimentos. Uma obra que podemos mencionar do nobre cientista Wall é aquela escrita em parceria com Duning denominada: “Ratio Analysis of Financial Statements”(Quocientes de Análise das relações financeiras), utilizada por inúmeros contadores brasileiros⁴.

Foi por isso que John Myer (1972, p. 33 e ss.) nos conta que o primeiro a sistematizar os quocientes de análise de balanços foi Alexander Wall, contudo, ele expressa que o próprio professor fez suas obras com vista aos estudos dos balanços das empresas bancárias. O que fez com que o “Federal Reserve Board”(Comissão de Reservas Federais), juntamente com o “Federal Reserve Banks”(Banco de reservas Federais), e o “Federal Reserve System”(Sistema de Reserva Federal) apropriassem as suas idéias como normas para que os bancos solicitassem balanços para concederem créditos, pois até então, a única coisa requerida para a concessão do dinheiro era a apresentação de títulos da carteira de clientes dessas instituições, simples escrituração, ou uma declaração feita pelo contador do ativo e passivo.

Mais tarde, autores como Bonneville, comentados por Ceccherelli (1950, p. 120 e ss.), chegaram a mencionar alguns padrões para o uso de quocientes. Surgindo desta forma o famoso “Two for one” (para cada

⁴ Como vemos nas citações do professor Herrmann Júnior, em sua obra de análise de balanços.

um real de dívida a empresa deverá ter dois para pagamento) para a liquidez; e os “quocientes-padrão”; tais idéias foram apresentadas com tamanho frenesi, o que chegou a ser adotado como norma para bancos concederem recursos. A idéia de determinar resultados padrões de quocientes fora seguida por diversos outros escritores e pesquisadores, entre eles Roy A. Foulke que apresentou algumas medidas que convém considerarmos como acessórias, para os estudos históricos e processuais da análise de balanços:

Tabela 1: Exposição dos quocientes-padrão da pesquisa de Foulke

| Número de empresas estudadas | Comércios Por Grosso | Média das medianas (5 últimos anos) | Quartil Superior | Mediana | Quartil Inferior |
|------------------------------|------------------------------------|-------------------------------------|------------------|---------|------------------|
| 122 | Aparelhagem elétrica, doméstica | - | 3,24 | 2,34 | 1,76 |
| 83 | Cigarros, charutos, tabaco | 2,30 | 3,57 | 2,23 | 1,77 |
| 164 | Ferragens | 3,28 | 4,51 | 3,06 | 2,37 |
| 46 | Gasolina e óleos lubrificantes | 1,94 | 3,30 | 1,98 | 1,52 |
| 48 | Joalheria | - | 4,93 | 3,30 | 2,17 |
| 76 | Madeiras e materiais de construção | 2,92 | 5,47 | 3,24 | 2,28 |
| 282 | Mercadoria e Viveres | 2,89 | 4,73 | 2,65 | 2,05 |
| 154 | Panos e Tecidos | 3,89 | 7,01 | 3,57 | 2,27 |
| 121 | Papel | 2,80 | 4,06 | 2,68 | 2,03 |
| Total de empresas: 1096 | | | | | |

Fonte: Livro “Análise de Balanços - da empresa, sob o ponto de vista financeiro” de Carlos Espirito Santo S. de Mello (obra identificada na bibliografia) p. 162.

Porém, os exageros e os fanatismos do uso análise de balanços, também se encetaram quando se comentava que o equilíbrio de uma empresa de papel – último dos exemplos vistos - seria de “2,80” em

sua liquidez, conforme os estudos estatísticos; ou que as empresas de viveres, e as mercearias, que não apresentassem no mínimo “2,05” de liquidez comum, estariam desequilibradas em seu capital financeiro, concebendo rigorosamente que desta forma não se poderia prosperar. Foi uma idéia falsa, um dogma, criticado até pelo próprio Wall (MYER, 1972: 33) quando percebeu que aqueles que praticavam a análise não possuíam o conhecimento suficiente para embasar esta atividade, ou para interpretar os resultados numéricos que apenas expunham sinais para a sustentação de idéias.

Com o passar dos tempos, os estudos analíticos dos balanços sobre o equilíbrio do capital passaram a se intensificar e alcançaram relevo no início do segundo quinquênio do século XX. E no Brasil, grande parcela de esforço foi feita na formação do arcabouço teórico sobre a interpretação do equilíbrio do objeto contábil: o patrimônio das células sociais, das empresas e das entidades.

3. AS PESQUISAS SOBRE O EQUILÍBRIO DO CAPITAL E A CONCEPÇÃO DOS CIENTISTAS DIVERSOS NA ANÁLISE E OBSERVAÇÃO DESSE FENÔMENO

Uma das principais finalidades do estudo do balanço de uma empresa, representante do seu patrimônio, é constatar o seu estado de equilíbrio.

Além do interesse inicial, por que motivou a fase moderna da análise de balanços, que foi o crédito, sempre houve a inspiração de se estudar o equilíbrio, tanto dos Bancos, como das empresas que lhe solicitavam empréstimos.

Em doutrina específica da contabilidade, proclamada pelo cientista português Jaime Lopes Amorim, comentado por Guimarães (2005), chegava-se a afirmar que nossa ciência estudava o “equilíbrio estático”. Portanto, o “equilíbrio” como um todo, de acordo com o método digráfico, do débito e crédito da partida dobrada.

O equilíbrio do capital, como um estado, um fenômeno, sempre foi um sinal da boa capacidade de rendimento e solvência do capital. Sabia-se que as empresas com estas capacidades possuíam a paridade de sua estrutura constituída. Mas, não se conhecia ainda o “porquê” desse funcionamento, até o ponto de se definirem medidas numéricas confundindo-as com as “medidas de comportamento”. Mesclavam o “numero

ideal” com o “comportamento ideal” este foi um dos mais significativos erros (até hoje cometidos).

Até hoje os resquícios dessa mentalidade existe na mente de diversos indivíduos, que confundem a matemática com a contabilidade, ou a estatística, com o comportamento patrimonial; ainda, a “econometria” como método de uso de nossa ciência, mascarado sob uma função dita “contábil”, mas, que em essência serve a outros fins estranhos aos da contabilidade.

Também outro problema que se oferecia aos estudos do equilíbrio, era que se considerava de sobremodo a “estática” e não a “dinâmica” da empresa. Por exemplo, se constatássemos que o capital próprio estava todo imobilizado, este já era dado como um sinal de desequilíbrio; o que se comprovou com o tempo e as pesquisas severas, que isto não era verdade. Os estudos sobre o equilíbrio, antigamente, não mencionavam a temática do fator “tempo”. Eram imperfeitas tais opiniões, e, na maioria das vezes, forneciam padrões inseguros de diagnósticos para as consultorias patrimoniais.

Outro fato seria a interpretação dos números e dos resultados que representavam os estados patrimoniais. Na verdade, não analisamos propriamente os símbolos, mas os fenômenos ou partes do capital que os mesmos representam. Sabemos, tal como explica o professor Amorim (Apud – Marques, 1992 p. 293), que “a dificuldade não está em alinhar números; ela surge nitidamente, quando se trata de saber o que é que esses números compreendem”. Portanto, um dos desafios que se apresentava aos estudos matemáticos dos balanços era este: o de analisar os fenômenos e propor-lhes a explicação e interpretação, e não o de estudar “números” como vulgarmente, num esclarecimento superficial, se pregava.

Esta última dificuldade, fora, deveras, criticada por Ceccherelli (1950, p. 121), que apontou o perigo de uma prática contábil sem uma teoria que amparasse as soberbas e ufanas conclusões de um determinado assunto, que em todos os modos não conseguiam defender com genuinidade os conteúdos que as mesmas tratavam.

O próprio Einstein (In: EINSTEIN, Albert; INFELD, Leopold. A evolução da Física. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1988. p. 22) concebia o uso da matemática como um salto na ciência, mas reconhecia esta gnose como abstrata na razão direta de sua concretização, do

mundo dos valores, para o mundo dos fatos⁵.

Mas, ainda considerando Ceccherelli, notamos como o mestre lecionou sobre equilíbrio dizendo que ele deveria ser considerado não apenas numa noção de estatística da estática, todavia, uma corrente condição dinâmica do tempo patrimonial:

“O equilíbrio funcional econômico-financeiro da azienda, de qual noção a economia aziendale não pode prescindir, pensamos que pode encontrar vivo reflexo numa síntese estatística-contábil na qual os componentes do capital são recolhidos em grupos, ordenados em relações às preditas qualidades...”

As proporções as quais se indicam não são definidas, mas antes variadíssimas, dada a sua dependência com os elementos múltiplos: não somente das classes de transformações econômicas às quais uma empresa se dedica, mas, das condições gerais do ambiente econômico em que atua, das condições particulares do mercado das mercadorias e do mercado financeiro, e da conseqüente possibilidade e utilidade de se aplicar a política aziendale que melhor se adequa às condições do momento considerado.”

(CECCHERELLI, Alberto. *Il Linguaggio dei Bilanci*. 5^o ed. Firenze: Felice Le Monnier, 1950. p. 101-102.)

Na visão do grande doutrinador italiano, o uso da estatística na análise contábil tinha o escopo de estudar as proporções numa ordem atinente às qualidades que possuem os elementos do complexo patrimonial, podendo servir de meio fundamental para se comprovar ou se atestar o equilíbrio financeiro e econômico da empresa.

Também, lecionava no trecho predito e transcrito que não há uma proporção definida, mas variada por questões ou fatores múltiplos; não somente relativos à classe de transformações que a empresa se dedica, ou ao tipo de negócio, mas às condições dos ambientes, nos quais estão inseridas, como unidades de consumo e produção. Por isso não existe uma medida ideal, ou um número ideal, tal como sugere o quociente padrão. Portanto, para o mestre, o equilíbrio numa concepção de proporção deveria, pois, ser convencionado à investigação dos ciclos de produção e vendas, no sentido econômico, ou reditual. Com relação ao tempo da atividade financeira, do qual dependem os meios e necessi-

⁵ Apud - ROHDEN, Humberto. *Einstein: O enigma do Universo*. 5^a ed. São Paulo: Ed. Alvorada. 1987.

dades de pagamento. Esta em essência era a visão filosófica do mestre sobre o equilíbrio do capital aziendal.

Considerava também Masi, em sua “Estática Patrimonial”, como ordenamento da concepção do equilíbrio patrimonial:

“O capital da empresa seguramente, é uma coordenação de valores que devem encontrar-se em equilíbrio contínuo e este equilíbrio associa-se às leis da estática patrimonial, e em particular, financeiras que não podem ser impunemente violadas sobre a pena de ver comprometida a solidez e solvência financeira da empresa irremediavelmente.” (MASI, Vincenzo. *Statica Patrimoniale*. 2º ed. Padova: Ed. Cedam, 1945. p. 271. 2º volume. In: SÁ, Antonio Lopes *Teoria do capital das empresas*. Rio de Janeiro: FGV, 1965. p. 13)

Então se demonstra esclarecedora a posição do mestre, quando dizia que o estudo da estrutura do capital poderia ser concebido, também como o de “estática patrimonial”; tal estudo seria, portanto, relativo aos investimentos e financiamentos típicos; ainda, enfatizava este nobre autor que o equilíbrio seria contínuo, ou seja, concernente à dinâmica dos investimentos, financiamentos, tal como às suas variações presentes nos custos, receitas e resultados; e proclamava que quando rompido o comportamento do equilíbrio haveria problemas de solidez financeira do capital, isto é, da sua capacidade de solver compromissos, ou pela capacidade dos seus giros, ou pela proporção dos seus meios de pagamento.

Ressaltava o mestre que o equilíbrio ou a doutrina da “estática patrimonial” teria leis que regiam o seu comportamento; é importante ressaltar que o cientista italiano apontava o centro dos estudos da simetria dos valores, não a números, mas, a comportamentos que estariam centrados em verdades gerais; e estas, quando rompidas, prejudicariam a estrutura do capital impendendo a sua solvência financeira, podendo tornar-se irremediável tal estado, em casos nos quais não fosse punida a gestão, que transgredisse tais regras de comportamento, de paridade dos valores das qualidades componentes do capital, ou seja, as leis do equilíbrio.

Percebe-se que as noções dos grandes mestres da contabilidade eram seguidas de uma pré-citação da relação do equilíbrio com os resultados e finanças da empresa: todo o capital está equilíbrio quando possui boa liquidez e bons lucros; este juízo já havia sido absorvido pelos professores de língua portuguesa, ainda no final da primeira metade

do século XX; dentre eles o professor Caetano Dias:

“A) Comparação entre o montante global do Activo e o Passivo e Património líquido:

Total do Activo..... 8.400\$00

Igual a:

Total do Passivo..... 6.000\$00

Situação Líquida..... 2.400\$00 8.400\$00

É a situação equilibrada dos balanços...

Este é o estudo do equilíbrio quantitativo do balanço...”

(DIAS, Fernando Caetano. *A técnica da Leitura de Balanços*. 2ª ed. Lisboa: Livraria Moraes, 1944. p. 45.) (O negrito é do autor)

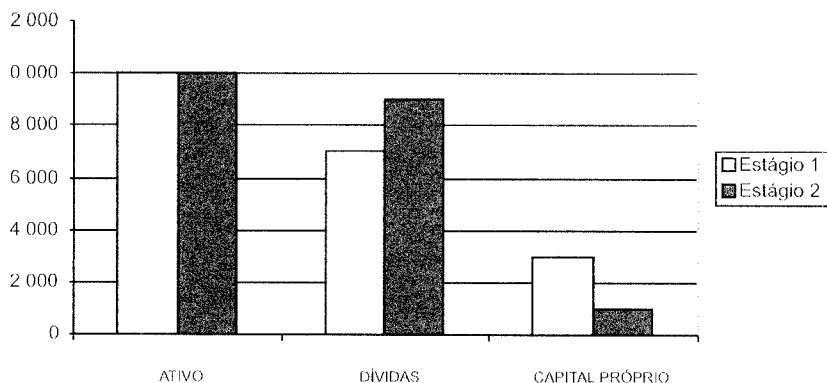
Portanto, delimitava o professor sobre os parâmetros do estudo do equilíbrio estático, ou seja, aquele em dado momento. A exposição do mestre delineava a posição de um capital com uma paridade dos seus valores, composto de ativo, passivo, e situação líquida. Mas, porém, como o próprio docente do instituto de pupilos do exercito explicava, este seria o equilíbrio nominal, derivado do método balanceante da contabilidade, haveria, contudo, um outro estado de simetria totalmente fenomenológico. Nestas afirmações muitos doutrinadores brasileiros procuraram se basear.

Nestas líneas que os grandes estudiosos de nossa disciplina passavam a se fundamentar, estudando nestes padrões, e seguindo estes mestres. Percebemos isso claramente nas obras brasileiras nas quais temos grandes influencias de Caetano Dias, Masi, e Ceccherelli, e ainda, todas as teorias da contabilidade de algum modo parecem se amparar nas mesmas idéias destes decanos da contabilidade.

Vejamos como observavam o equilíbrio os mestres brasileiros.

Primeiramente Francisco D’auria (1953, 1954, 1955, 1956, 1959), primeiro grande cientista e teórico das letras contábeis, de renome até internacional (cujas teses foram lidas e apreciadas no mundo todo), o mestre relacionava o potencial de equilíbrio às proporções do capital, e seu valor efetivo, ou seja, aquele referente às posições positivas e negativas, que o “fundo” de riqueza possuía. Para ele, um estado no qual existia capital próprio, e este se mantinha em determinada quantidade, denotaria o equilíbrio:

Gráfico 1: Exposição do equilíbrio considerando o patrimônio líquido



No primeiro estágio, notamos clara uma situação de equilíbrio patrimonial aparente, por sua vez, no segundo estágio, o capital tende a diminuir, e se assim continuar, como poderíamos ter num terceiro comportamento, a tendência é de falência e morte da célula social pelo desequilíbrio por que a empresa obteve um excesso de dívidas e custos, concomitantemente com um regresso do seu resultado. Nesta análise do capital próprio que o professor Francisco D'auria centralizava suas explicações e interpretações.

O professor Frederico Herrmann Júnior, por sua vez, comentava que o exposto estudo de equilíbrio era relacionado inteiramente com os processos financeiros e econômicos, da empresa, e que cada proporção de partes guardava uma relação de interdependência que deveria ser julgada pelos analistas, de forma a verificar se as mesmas condições se enquadravam no ramo de atividade ou tipo de negócio estudado:

“... os elementos patrimoniais estão sujeitos a *relações de interdependência*, resultantes do processo de produção, de consumo e de formação dos réditos. *Cumprir examinar mais detidamente tais relações, a fim de conhecer as condições de equilíbrio que variam de região para região, de ramo de atividade para ramo de atividade, de empresa para empresa.*” (JÚNIOR Frederico Herrmann. *Análise de Balanço para a Administração Financeira*. 10ª ed. São Paulo, Ed. Atlas. 1975. p. 64.) (O itálico é nosso)

No famoso congresso de Contabilidade o professor Hilário Franco ao defender a sua tese sobre os fundamentos científicos da contabilidade

de, assim aludia a sua lei do equilíbrio patrimonial:

“... 4) Há um proporção necessária e definida entre os capitais próprios e os de terceiros.

5) Há uma proporção necessária e definida entre os vários grupos que compreendem a aplicação dos capitais.”

(FRANCO, Hilário. *Fundamento Científico da Contabilidade*. São Paulo: Ed. Revisora Gramatical, 1950. p.28)

Por sua vez, Lopes de Sá (1953, p. 86 e 89), considerava em sua primogênita obra de Filosofia da Contabilidade, o equilíbrio como aquele da estática patrimonial, proveniente das características qualitativas e quantitativas, das empresas ou entidades. Para o mestre (p. 109 e ss. da obra citada), o rédito seria uma resultante para o equilíbrio e assim expunha sua doutrina sobre tal estado.

Seguindo um ano depois, da obra de Sá, o consagrado professor Tolstoi Klein sabia com exatidão que o resultado teria influência direta com o equilíbrio como testemunhava:

“*Do resultado das variações é que depende o equilíbrio ou desequilíbrio patrimonial*” (KLEIN, Tolstoi C. *Contabilidade Superior: Estrutura e Análises de Balanços*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Aurora, 1954.) (O irálico é nosso)

Todas estas teorias, e alusões, aos fenômenos de equilíbrio, definiam aspectos principais, que podem ser fundamentados em três tópicos concisos, para a análise deste mesmo estado, e podemos citá-los:

– O equilíbrio do capital mesmo sendo mensurado pelas informações, é um estado, que depende do funcionamento do capital no tempo. Portanto, uma fenomenologia em essência, mensurada pelo débito e crédito, pelas dimensões demonstrativas.

– Se a empresa se desequilibra passa a comprometer a sua capacidade financeira e de resultados, pois, este comportamento prejudica a circulação e operação do capital. Do mesmo modo, o mau desempenho destas funções transmite que o patrimônio está desequilibrado, ou danificado em sua estrutura.

– Tal estado é inteiramente relacionado às situações estáticas do capital, proveniente da dinâmica do mesmo ser, das mutações e variações que este objeto absorve e sofre no período estudado, ou de funcionamento.

Então era de consciência, que mais do que uma algébrica soma de débitos e créditos, tinha o equilíbrio, um estado fenomenológico pro-

vocado pelo rédito, e demais variações ou mutações do capital. Ainda, considerava-se que quando a empresa possuía desregular andamento financeiro e reditual, havia o desequilíbrio, ou vice-versa; na presença destes acontecimentos algo prejudicava o andamento dos ciclos da empresa. Mas, os estudos sobre tal fato, e o entendimento como funcionava, ou era causado, não estava por demais esclarecido, até que importante teoria brasileira fora produzida fornecendo luz para a compreensão mais apurada deste fenômeno, fundamental para a prosperidade.

4. A TEORIA DAS PROPORÇÕES DOS COMPONENTES NA PROMOÇÃO DO EQUILÍBRIO DO CAPITAL DE FUNCIONAMENTO

Nas ciências da matéria – Física e Química – desde o século XIX, o estudo do equilíbrio foi fundamental, e conseqüentemente, as leis de Proust (1754-1826) e Dalton (1766-1844) ofereceram contribuições importantes para esclarecimentos dos mesmos fatos.

Em nossa doutrina, vemos no renascimento, o Frei Luca Pacioli chegando a conceber a proporção como uma razão para a própria matemática, como mãe do conhecimento geral, como expunha Masi (MASI, Vincenzo. *La Ragioneria Nell'età Moderna e Contemporanea*. Texto revisado e completado por Carlo Antinori. Milão: Giuffré Editore, 1997. p. 51.).

Desde o início da década de 50, o professor Lopes de Sá, procurou, inspirando-se – como ele mesmo conta –, em Proust; se fundamentando nas teses de Masi, Ceccherelli, Vianelli, Besta, e outros pensadores contábeis, razões para o entendimento e análise concreta e superior do equilíbrio do capital.

Tal pesquisa motivou o estudo de 7.110 balanços, analisados num período igual a cinco anos, movimentando cerca de 56 pessoas para a coleta e arrumação dos dados e de todo o material fornecido por 1422 empresas; todavia, o nobre cientista revela que sua pesquisa se estendeu até as suas conclusões, num tempo não inferior a 10 anos, sendo publicadas no livro de nome “O equilíbrio do capital das empresas”, em aspectos introdutórios, no ano de 1959⁶. O que também serviu de base

⁶ SÁ, Antonio Lopes O equilíbrio do Capital das Empresas. Belo Horizonte: Estabelecimentos Gráficos Santa Maria S/A, 1959.

para a sua tese de doutorado defendida em 1964 e publicada em 1965 pela Fundação Getúlio Vargas.

O objetivo da teoria era determinar porque as proporções dos investimentos e financiamentos possuíam medidas específicas a cada tipo de negócio, considerando o lugar em que estava inserido; também objetivando qual seria o comportamento ideal de cada uma dessas medidas; como se avaliaria os desequilíbrios mencionando uma terapêutica para os diagnósticos. Nesta linha, que o mestre demonstrava o seu importante estudo.

Comprovava o professor que a unificação de uma fórmula geral para as relatividades de proporções obrigava a relatividade; por meio de uma tabela o cientista mostrava as singularidades das estruturas, porque as medidas seriam diferentes, citando exemplos claros de empresas clássicas e famosas (SÁ, Antonio Lopes *O equilíbrio do Capital das Empresas*. Belo Horizonte: Estabelecimentos Gráficos Santa Maria S/A, 1959. p. 14. adaptado):

| | Em milhões | |
|------------------------------|------------------------|-----------------------|
| BANCOS | Capital Próprio | Capital Alheio |
| Banco do Estado de São Paulo | 820,0 | 12.316,1 |
| Banco Mercantil de São Paulo | 577,5 | 6.663,2 |
| INDÚSTRIAS | | |
| Indústria Matarazzo S/A. | 3.200,0 | 6.282,6 |
| Indústria Votorantim S/A. | 2.200,0 | 4.376,4 |

Veja a enorme diferença entre um Banco, e uma indústria. E dessas empresas entre si, no volume de capital próprio e de terceiros. A pesquisa de Sá (1959, 1965) procurou explicar estas diferenças, através de uma experimentação que durou cerca de uma década.

Definiu então, que existia um ponto de equilíbrio do capital, e este era tido como concernente aos custos fixos e variáveis, capital fixo e circulante, de cada patrimônio, atinente ao uso dos financiamentos e investimentos, das estruturas quantitativas do Ativo e Passivo. Nos dois sistemas, o de liquidez e resultabilidade, comprovava-se que dependia toda a estrutura do capital, isto é, o equilíbrio das partes se denotava no bom funcionamento destas duas funções; denotava que quando as empresas pagavam os seus compromissos em dia e geravam bons resul-

tados elas possuíam o sinal de equilíbrio:

“O equilíbrio existirá, repetimos, quando os investimentos forem feitos EM PROPORÇÕES QUE NÃO COMPROMETAM A LIQUIDEZ E NEM A OBTENÇÃO DO LUCRO.” (SÁ, Antonio Lopes O equilíbrio do Capital das Empresas. Belo Horizonte: Estabelecimentos Gráficos Santa Maria S/A, 1959. p. 28) (O maiúsculo é do autor)

Assim, durante as suas pesquisas, comprovava que o equilíbrio do objeto contábil dependia não somente das proporções, mas, do nível de renovação e retorno dos elementos da estrutura. E teve a oportunidade de expor estas máximas em sua tese de doutorado publicada pela fundação Getúlio Vargas em 1965⁷.

Afirmando que há medidas certas de capital – tal como afirmava Aristóteles (384-322 a.C.) há mais de 2000 anos atrás - de acordo com os tempos estáticos da estrutura, mencionava a sua primeira lei do equilíbrio:

“Os valores que se combinam para a formação do capital de funcionamento guardam entre si relações constantes”(SÁ, Antonio Lopes. Teoria do capital das empresas. Rio de Janeiro: FGV, 1965. p. 118)

Concluía sua quarta lei do equilíbrio em seguida:

“São causas fundamentais da promoção do equilíbrio: o giro dos valores e o processo da formação do réditto.”(SÁ, Antonio Lopes. Op. Citada. p. 119)

Mencionou então, que as causas para o equilíbrio do capital seriam o giro e o processo de formação dos resultados.

Dessa maneira estipulava que uma empresa industrial mesmo possuindo até 80% de bens fixos e de produção não estaria necessariamente desequilibrada, desde que o tempo e a agregação de resultados fossem adequados. Percebia-se porque um banco com até 95% de seu passivo em terceiros possuía uma liquidez imediata quase inexistente, devido ao seu processo de giro e resultados. Também, porque um comércio que tivesse até 70% de bens comercializáveis investidos em estoques, não estaria ruim estruturalmente, desde que os prazos para o pagamento e venda de seus recursos fossem adequados aos prazos e rentabilidade do capital, funcionado em um comportamento ideal.

O número ideal, pois, não existia. Muito menos o quociente ideal. Mas, o comportamento patrimonial ideal sempre esteve presente nas

⁷ SÁ, Antonio Lopes. Teoria do capital das empresas. Rio de Janeiro: FGV, 1965.

medidas relativas, do tipo de negócio e atividade. Deveria-se verificar a formação do ponto ideal desses dois fenômenos em cada empresa, a fim de verificar se realmente a empresa estaria equilibrada, no que tange a estrutura do capital. Visto que, como Kassai (1997) expunha décadas depois, haveria tipos de organismos empresariais, que ganhariam funcionamento, ou no giro, ou na margem de lucro, tal como expôs no XV congresso de contabilidade.

Enfim para detectar tais fenômenos de equilíbrio ou desequilíbrio, o mestre se empenhou numa obra de dois volumes, denominando-a de “Curso Superior de Análise de Balanços” para explicar como a cultura superior poderia detectar em quadros gerais, os fenômenos de desequilíbrio: os “superinvestimentos” e “subinvestimentos”; os “superfinanciamentos” e “subfinanciamentos”⁸. Coadunando com a posição do emérito professor Vincenzo Masi (1893-1977), na classificação adotada para os estudos da estrutura estática do capital.

Sá, todavia, terminou a exposição das proposições de sua teoria com a seguinte lei:

“Uma teoria do equilíbrio deve basear-se no estudo das composições da estrutura do capital e nas proporções que, através da interdependência dos componentes patrimoniais, devem existir para a promoção de um estado de plena reatividade e liquidez financeira.”(SÁ, Antônio Lopes de. Op. Citada. p. 119.)

Coisa, então, fundamental para a análise patrimonial é decompor os processos de giro e formação de lucros para saber se realmente a empresa possui o equilíbrio do capital de sua atividade.

Mas, a análise contábil que procura traduzir os balanços, mesmo por meio de quocientes tradicionais, pode definir boas conclusões sobre os fenômenos de equilíbrio, ou desequilíbrio, a fim de produzir consultorias que orientem a decisão administrativa, nas decisões para a boa fortuna dos resultados e prosperidade.

⁸ SÁ, Antonio Lopes. Curso Superior de Análise de Balanços. 3ª ed. São Paulo: Ed. Atlas. 1973. Volume I e II. Tal obra podemos afirmar, foi uma das mais extensas e qualitativas das letras brasileiras e portuguesas; possuindo uma exatidão e uma completude, até inigualável. Em mais de 500 páginas o professor expôs cada detalhe dos estudos de desequilíbrio, assumindo uma característica altamente pedagógica e superior da análise de balanços.

5. ASPECTOS DO EQUILÍBRIO, QUOCIENTES DE ANÁLISE, E COMPORTAMENTOS PATRIMONIAIS PARA OS DIAGNÓSTICOS CONTÁBEIS

A estrutura patrimonial é composta de fenômenos de investimentos e financiamentos. Mas todo o ativo é composto de recursos fixos e circulantes, como o passivo também é composto de elementos fixos e circulantes, porém, cada empresa possui uma medida de proporção que deve adequar-se aos movimentos, e a recíproca também é verdadeira – de que os movimentos devem se adequar às proporções.

Existe uma dose que permite não investir mais ou menos, em compras de estoques, créditos, numerários, e imobilizado. Do mesmo modo há uma medida quantitativa para se lucrar, ter financiamentos próprios e de terceiros.

O fato de se ter grandes proporções não quer dizer que a empresa possuirá sanidade financeira e reditual. Ou equilíbrio. A medida dos bens deve se realizar em determinadas porções, de acordo com o movimento patrimonial. A rotação é fundamental, haverá casos, em que a empresa mesmo com uma dose mínima terá desequilíbrios. Então, não é basicamente a proporção em si, mas, o funcionamento do capital que interessa ao equilíbrio. Portanto, dissemos que a qualidade e quantidade de proporções devem guardar relações constantes, com o movimento da atividade, e o retorno desse mesmo movimento, em grau constante.

Também há medida para os financiamentos; para o Passivo. As dívidas em si, não são elementos negativos, até o ponto em que são utilizadas além ou aquém das necessidades. Além, porque existem os débitos derivados por acumulação; e aquém porque não se mantêm os recursos aplicados dentro do tempo do capital de terceiros (no ciclo de pagamentos).

Do mesmo modo concebe-se no sistema de resultados. Há custos fixos e variáveis, como, despesas fixas e variáveis, e por que não, receitas fixas e variáveis. A tendência dos mesmos é de uma mutua conexão, porém, não se pode gastar mais do que se pode recuperar, e nem se pode gastar menos do que a operação reditual exige. E as vendas ou receitas operacionais deverão ser de acordo com o funcionamento do capital. Como detectar tais elementos? Ou como podemos observar e diagnosticar o equilíbrio do patrimônio? Simplesmente por meio da análise de balanços.

A tradição contábil consagrou alguns quocientes que embora, sejam bases mínimas para a análise e produção de conclusões, interessam à salutar orientação para o mesmo estado. Pelas fórmulas podemos observar se realmente a empresa possui ou caminha para o desequilíbrio. Após a ostentação de tais relações, verificaremos como detectar os excessos ou as deficiências dos investimentos, financiamentos, e fenômenos operacionais. Seguimos o texto com uma tabela de quocientes, ou relações entre as partes:

Tabela 2: Quocientes básicos para a detecção dos desequilíbrios, ou para os diagnósticos contábeis.

| 1 – Liquidez Comum | | |
|---|---|---|
| Ativo Circulante Passivo Circulante | Objectivo: Demonstrar se a empresa possui recursos suficientes para pagar. | Explicação: Geralmente averigua-se o resultado de acordo com a unidade. Quanto maior que um, melhor. |
| 2 – Participação dos investimentos | | |
| Ativo Circulante Ativo fixo | Objectivo: Demonstrar qual é a participação dos investimentos. | Explicação: É relativo o quociente. Quanto maior que um, existe mais meios circulantes do que fixos. |
| 3 – Participação dos Financiamentos | | |
| Passivo Circulante Património Líquido | Objectivo: Demonstrar qual é a proporção dos principais grupos dos financiamentos | Explicação: Também é relativa a explicação de acordo com a unidade. Quanto maior que um, mais dívidas existem nos financiamentos. |
| 4 – Imobilização do Capital Próprio | | |
| Imobilizado Capital Próprio | Objectivo: Verificar se o capital próprio está todo imobilizado. | Explicação: Quanto maior que um, indica que todo o capital próprio está imobilizado. Quanto menor que um, melhor. |
| 5 – Giro do Ativo Circulante | | |
| Vendas Líquidas Ativo Circulante | Objectivo: Demonstrar quantas vezes que o Ativo Circulante se renova. | Explicação: Quantas unidades de renovação de tal grupo. Quanto maior, melhor. |
| 6 – Giro das Dívidas | | |
| Dívidas contraídas no período Dívidas atuais | Objectivo: Verificar quantas vezes que se renovam as dívidas. | Explicação: Quantas rotações existiram nas dívidas. Quanto menor, melhor. |
| 7 – Rentabilidade do Capital próprio | | |
| Lucros Líquidos Capital Próprio | Objectivo: Verificar quanto de lucro rende o capital próprio | Explicação: De acordo com a unidade. Quanto maior, melhor. |

Por meios destes quocientes podemos obter profundas conclusões sobre a situação do capital. Seja com relação à capacidade estática de pagamento; seja com relação à dinâmica do ativo pelos giros; podemos averiguar se o capital rende, ou permanece imobilizado; se as dívidas giram e em qual intensidade isto ocorre. Verificamos a participação dos investimentos e financiamentos e podemos explicar cada um desses estados. Então, se consegue concluir bem, sobre a situação do equilíbrio patrimonial por meio destes básicos quocientes.

Também existem alguns aspectos importantes para se interpretar comportamentos de desequilíbrio vejamos alguns deles:

a) Os quocientes de giro, com um resultado baixo, ou decrescendo no tempo;

b) Aumento da imobilização do capital próprio no tempo⁹;

c) A participação dos investimentos com menos recursos circulantes, ao mesmo tempo em que há aumento das imobilizações;

d) A participação dos investimentos alta nos recursos circulantes, porém, com um giro baixo;

e) Rentabilidade baixa, ou crescendo num nível muito pequeno;

f) Quociente de liquidez alto, com a participação de recursos circulantes alta;

g) Quociente de liquidez alto, com a participação de recursos baixa em imobilizado, porém, com giros pequenos do ativo circulante;

h) A imobilização do capital é alta, e sua participação nos investimentos aumenta gradativamente;

i) Quociente de participação do passivo alto em dívidas, com queda dos lucros, e dos giros do ativo circulante;

j) Quociente de participação do passivo baixo em dívida, porém, com um tempo de giro que diminui;

k) Lucros altos, ao mesmo tempo em que há uma participação alta do passivo circulante, e uma diminuição do giro do ativo circulante;

l) Aumento das imobilizações, sem aumento dos lucros e dos giros;

m) Giros e rentabilidade que crescem pouco;

⁹ O professor Américo Matheus Florentino (1990, p. 200 e s.) compreende como um “defeito” da estrutura patrimonial, três principais fatos: 1º) Um excesso de Ativo Fixo não justificado 2º) Um Ativo circulante endividado 3º) A insuficiência de capital de giro próprio. Por isso maior atenção deve ser dada aos grupos do Ativo, e suas relações com o passivo para averiguar se a empresa possui realmente estes desequilíbrios de sua estrutura.

n) Participação do Passivo circulante baixa e giro do ativo circulante também baixo;

o) Rentabilidade baixa e giros baixos durante os períodos, ao mesmo tempo, em que variam alguns investimentos e financiamentos;

Todos estes tópicos revelam casos de elementos “aquém” ou “além” das necessidades patrimoniais.

Considerando juntamente, que o “alto” ou o “baixo” às vezes é considerado com a unidade, ou com as outras proporções que evoluem e se definem no comportamento patrimonial. Todas estas medidas são relativas às comparações de cálculos contábeis.

Mas, há comportamentos específicos e tipos de comparações que devem ser feitas para facilitar o diagnóstico contábil. Observemos então, alguns fatos que denotam desequilíbrio. Primeiramente um caso de superinvestimento no Ativo:

Tabela 3: Comportamento de superinvestimento do Ativo fixo

| Anos | Ativo fixo | Capital de Terceiros | Vendas | Quocientes | | |
|------|------------|----------------------|-----------|---------------------------------|---------------|--------------------------|
| | | | | Imobilização do Capital Próprio | Rentabilidade | Giro do Ativo Circulante |
| 2001 | 200.000 | 150.000 | 1.200.000 | 0,60 | 0,36 | 7 |
| 2002 | 250.000 | 180.000 | 700.000 | 0,75 | 0,27 | 6 |
| 2003 | 350.000 | 280.000 | 650.000 | 0,86 | 0,16 | 3 |
| 2004 | 600.000 | 450.000 | 430.000 | 1,20 | 0,02 | 1 |

Observação da Tabela 3: O uso exagerado de investimentos em imobilizado, diminuiu os giros do Ativo circulante, e não aumentou as vendas, e sim, a fizeram diminuir; enquanto a rentabilidade caía o capital próprio foi ficando imobilizado. Caso claro de superinvestimento que onerou o capital com dívidas e prejudicou o seu funcionamento.

Quando vemos que o giro cai e a rentabilidade oscila de maneira tímida, também, em contraposição, há um aumento dos investimentos totais em imobilizados, temos um sinal de desequilíbrio.

Outro exemplo clássico de um desequilíbrio abaixo do esperado no ativo - subinvestimento- é quando a empresa investe pouco em elementos circulantes, e sua liquidez não evolui adequadamente, variando

o resultado, afetando a participação e a rentabilidade, juntamente com o giro:

Tabela 4: Caso de Subinvestimento em Ativo Circulante

| Anos | 1997 | 1998 | 1999 | Rentabilidade | Liquidez |
|--------------------------------|---------|---------|---------|---------------|----------|
| Ativo Circulante | 100.000 | 80.000 | 76.000 | 0,26 | 1,76 |
| Produção Vendida | 200.000 | 180.000 | 170.000 | 0,16 | 1,62 |
| Participação dos Investimentos | 1,01 | 0,76 | 0,40 | 0,07 | 1,30 |

A empresa procurando vender mais a sua produção, reduziu a sua proporção ao máximo de ativo circulante, determinando a redução da sua rentabilidade, pois, vendeu sem margens corretas de lucros, e liquidez; é um exemplo, clássico, de subinvestimento.

O mesmo podemos conceber para o financiamento, quando a empresa procura utilizar muitas dívidas, ameaçando a rentabilidade do capital próprio e o giro do ativo circulante, temos exemplos claros de desequilíbrio em superfinanciamentos:

Tabela 5: Superfinanciamento em dívidas

| Tempo | Capital de Terceiros | Liquidez Comum | Giro do Ativo Circulante | Rentabilidade | Participação do Passivo | Giro das Dívidas |
|----------|----------------------|----------------|--------------------------|---------------|-------------------------|------------------|
| 1º Quad. | 300.000 | 2,00 | 6 | 0,12 | 0,40 | 5 |
| 2º Quad. | 500.000 | 1,50 | 5 | 0,07 | 0,65 | 4 |
| 3º Quad. | 850.000 | 1,20 | 3 | 0,02 | 0,90 | 4 |

À medida que a empresa abusou da proporção de suas dívidas, houve uma redução da liquidez, do giro do Ativo circulante, e de maneira drástica da rentabilidade do capital, o que revela que os excessos em capital de terceiros, afetaram os ciclos dos lucros e da rotação do ativo circulante.

Também quando a empresa mantém menos financiamentos prejudicando o tempo do giro do seu Ativo circulante, e diminuindo a par-

ticipação de suas dívidas, tende a reduzir a sua operacionalidade, por causa do subfinanciamento:

Tabela 6: Um subfinanciamento em dívidas

| Anos | Dívidas | Giro do Ativo Circulante | Vendas | Rentabilidade | Participação dos Financiamentos |
|------|---------|--------------------------|------------|---------------|---------------------------------|
| 2001 | 300.000 | 2 | 1.000.000 | 0,12 | 0,26 |
| 2002 | 220.000 | 1 | 760.000,00 | 0,03 | 0,19 |
| 2003 | 150.000 | 1 | 430.000 | 0,02 | 0,12 |

Vemos que a empresa ao investir menos em dívidas, ela reduziu o giro do seu ativo, porque não manteve os mesmos recursos no capital de terceiros; as vendas sofreram tal influência, porque não havia financiamentos adequados, a empresa comprou menos, e a participação das dívidas se reduziram drasticamente, o que comprovam aquilo que dissemos. O patrimônio foi gerido para crescer com os próprios recursos, porém, o fato de não utilizar os recursos em terceiros, fez com que, a mesma empresa, apresentasse um desequilíbrio em menos de quatro anos.

Apesar desses exemplos básicos a análise dos fenômenos de desequilíbrio torna-se mais complexa na medida em que analisamos cada elemento em particular. Devemos ressaltar que a estrutura do capital possui extremas relações, com as variações da resultabilidade. Portanto, quando a empresa movimentar seu capital acima ou abaixo das medidas certas de sua capacidade, a tendência é que diminua ou altere os seus giros e a sua rentabilidade, de modo anormal. Não é necessariamente, que o resultado e a liquidez se reduzem, devido à proporção, e sim, também que esta não se adequa ao funcionamento da organização.

Sempre podemos por meio da análise patrimonial, produzir indicadores que nos forneçam sinais dos “superinvestimentos” e “subinvestimentos”; dos “superfinanciamentos” e “subfinanciamentos”. De maneira a constatar qual é a real situação de equilíbrio do capital, também observando os custos, as receitas e os resultados para o diagnóstico preciso.

A análise patrimonial que consegue detectar cada um dos fenômenos de equilíbrio e desequilíbrio pertence, portanto, ao grau superior da

mente contábil e não se esgota nos poucos exemplos que mencionamos neste trabalho. Devido ao limite de páginas não podemos estender mais o assunto.

Quando a empresa está desequilibrada a situação financeira e de resultados tende a agravar-se. A liquidez cai gradativamente; o giro também, ou regride, ou cresce muito lentamente; e o resultado tende a cair com o tempo. Os estudos dos desequilíbrios não competem apenas a poucos elementos da estrutura, mas, às suas variações notadas nas vendas, nos custos, e nos resultados. A simetria dos valores além de ser uma medida de débitos e créditos, dever ser um processo de circulação e operação de riquezas, no qual, cada vez que ocorre propõe renovação e recuperação dos elementos do ativo e passivo, constituídos com os fins específicos de proporção e movimento ordenadamente.

6. CONSULTORIAS PARA O EQUILÍBRIO

É dever do contador promover consultas sobre o estado patrimonial e em certos casos, determinar “receitas” para o tratamento dos desequilíbrios encontrados. Em alguns casos o estudo é tão metucioso que leva dias, ou até semanas, para uma conclusão geral.

De qualquer maneira é bom verificar e orientar os seguintes tópicos:

– Se a empresa possui queda de giros, e porque tal movimento ocorre

– Se possui queda dos lucros e verificar a causa para este fato

– Se ao investir ou financiar determinados recursos houve queda de lucros

– Se ao investir ou financiar determinados recursos houve queda de giros

– Se os financiamentos obtidos crescem e geram problemas de liquidez

– Se os financiamentos obtidos diminuem com o crescimento do imobilizado

– Se os financiamentos obtidos diminuem com aumento do capital próprio

– Qual é o prazo dos créditos concedidos a terceiros

– Qual é o prazo dos fornecedores

– Qual é o prazo dos empréstimos

– Quanto que se cede de capital a terceiros

- Quanto que se obtém de capital de terceiros
- Quanto que é a percentagem de margem de lucros das mercadorias, produtos, ou serviços
- Se a empresa tem grandes quantias de custos
- Se as vendas não se processam de acordo com os lucros
- Se os lucros caem na medida em que se realizam os investimentos
- Se a queda do investimento propõe o aumento dos lucros
- Se o aumento dos lucros foi derivado de aumento dos investimentos
- Se o aumento dos giros foi seguido de aumento dos lucros

Todos estes quesitos poderão ser respondidos numa análise metódica, baseada em inúmeros cálculos, orientada aos empresários pela consultoria patrimonial superior. Cumpre aqui fazer apenas um panorama para guiar os processos de consultoria.

7. A DOCTRINA DO EQUILÍBRIO NA TEORIA DA ESTABILIDADE DO NEOPATRIMONIALISMO, E SUA FILOSOFIA

Com o tempo e os esforços de inúmeros doutrinadores a teoria do equilíbrio, passou a figurar na doutrina do neopatrimonialismo contábil, no sistema de estabilidade.

As idéias que reuniam a concepção do equilíbrio, suas relações e causas, não poderiam apenas se conter na estática patrimonial, deveriam reunir-se no movimento de estabilidade, que é a função sistemática que promove a paridade dos valores, e dos prazos, no contínuo devir patrimonial. Tal sistema reuniu o “equilíbrio estático” ao “equilíbrio dinâmico” como sinal de um conjunto de elementos sistemáticos.

O equilíbrio estático, estrutural, é totalmente ligado ao dinâmico. A empresa necessita que seus prazos possuam uma compatibilidade além de suas proporções. Há casos em que se encontrarão estruturas em dado momento totalmente desreguladas, em aparência, sendo que nos prazos e em todo o processo dinâmico possuem uma velocidade de renovação alta e compatível com os lucros. O equilíbrio funcional se apresenta mais importante. Mas, sempre é necessário expor a necessidade de manter a proporção com a adequada interatividade, com os movimentos circulatórios.

Sabe-se que quando uma empresa possui uma estrutura muito danificada, e em desacordo com o seu funcionamento, ou atividade, a sua tendência é que opere com atendimento irregular, suas operações, neste caso, não conseguirão se comportar adequadamente.

Portanto, o neopatrimonialismo propõe que o equilíbrio seja estudado pelo desempenho de função. Constitui ser, tal conjunto, um dos mais importantes, ou básicos do funcionamento empresarial. Sem equilíbrio, o patrimônio não consegue sobreviver, por isso, sua qualidade sublima.

Também convém ressaltar que, quando a teoria do equilíbrio se absorveu no conceito de estabilidade, a lógica essencial, dimensional e ambiental também se alterou agregando interpretações desse sistema. O equilíbrio, pois, possui uma essência fenomenológica, que se dimensiona nas demonstrações contábeis, e sofre influência dos ambientes. Principalmente, é o ambiente, e o tipo de negócio, que fazer contar e muito para os estudos de da estabilidade.

Logicamente, num processo de estudo avançado ou filosófico do neopatrimonialismo, o equilíbrio por si só não pode ser analisado em plenitude; fica óbvio que existe um equilíbrio da resultabilidade, da liquidez, da economicidade, da produtividade, da invulnerabilidade e de outros sistemas. Nesta visão extensiva da relatividade, que os estudos atômicos do capital se ampararão no futuro.

Os estudos do equilíbrio longe de serem concebidos por si, devem possuir uma interdependência; na teoria da “estabilidade da liquidez” exposta por Silva (2006) houve aspectos lógicos e fundamentais de introdução a este sentido, rumo a estudos avançados do neopatrimonialismo, próprios de uma “filosofia da análise” ou “análise sublime” só possível de ser transmitida pela consultoria superior.

A filosofia neopatrimonialista vai além de qualquer apontamento já consagrado não se limitando nos estudos de autonomia, pois, penetra na relatividade deste sistema, ao risco, eficiência, crescimento, intensidade, interação ambiental da estabilidade, assim penetrando em pontos infinitos de conhecimento contábil humano.

Mas, também, podemos destacar alguns aspectos dos estudos do equilíbrio que são considerados pela doutrina neopatrimonialista: a visão dos fenômenos de desequilíbrios dos investimentos e financiamentos, custos, receitas, e réditos. Também, a forma de se analisar tais fatos, fora ampliada para a verificação de diagnósticos mais precisos e

adequados para a decisão gerencial.

Seria fundamental considerar que o equilíbrio não pode ser analisado por si mesmo, sem considerarmos as influências que se transmitem para a liquidez, economicidade, resultabilidade, produtividade e outros sistemas. Também cada sistema em particular possui o seu equilíbrio; podemos analisar a liquidez nos seus excessos e carências, que podem alterar a sua eficácia. E a filosofia neopatrimonialista proclama esta realidade.

O neopatrimonialismo desde 1992 tem assumido numa Teoria geral, os conceitos sublimes, e sua filosofia penetra na noção infinita do pensamento patrimonial, sobre o estado de equilíbrio. A empresa para que alcance a fortuna dos seus resultados, necessita de ter uma completa simetria do seu movimento, nas proporções definidas. É necessário que aquilo que ela investe e financia tenha conexão com a operação comercial e operacional. Para o novo neopatrimonialismo a idéia do equilíbrio deve ser compatível com o fenômeno de prosperidade. Uma empresa em estado de prosperidade possui uma compatibilidade entre movimentos e valores.

Para complementar deve-se concluir que os valores, tal como, os prazos de sua realização, devem possuir sintonia; e como tal situação é uma das mais fantásticas e proeminentes de toda a análise patrimonial, cabe à teoria da cultura contábil superior proclamar a sua inquirição, designando os meios ou caminhos mais profícuos e consistentes para que o patrimônio consiga a prosperidade através deste fato-funcional sistemático.

8. CONCLUSÃO

Os estudos dos fenômenos patrimoniais expressos nas contas e demonstrações sempre foram as principais inspirações das mentes dos contadores pesquisadores, até se proclamar que a contabilidade como ciência deveria estudá-los de forma natural, perseguindo a sua eficácia e prosperidade no devir de funcionamento do capital.

O equilíbrio do capital, sempre foi um dos principais estados do estudo contábil, no qual revelava a segurança das empresas em operar com medidas certas de proporção adequada ao nível de atividade, e compatíveis com os prazos que a empresa consegue ou obtém no decorrer de seu funcionamento.

A análise contábil superior, busca por meio de relações qualitativas e quantitativas, averiguar e determinar com diagnósticos precisos, qual é o grau de equilíbrio das empresas, se elas devem investir mais, comprar menos, ceder créditos, vender mais imobilizado, manter mais lucros, financiar recursos num limite de quantidade, alterar os seus prazos, buscando medidas ideais para os casos de desequilíbrio, e para as ocasiões em que necessitem de uma orientação especial, de maneira que o capital mantenha a sua continuidade no caminho da boa fortuna, e da prosperidade por meio da estabilidade de sua estrutura e de seu movimento operacional.

BIBLIOGRAFIA

ALOE, Armando. Doutrinadores Italianos. *Revista Paulista de Contabilidade*: SCSP, v. 47, nº 428, 1969.

AMORIM, Jaime Lopes. Aparências e Realidades. *Revista de Contabilidade e Comércio* Porto: Ed. Conta, nº 211, set. 1996.

ANTINORI, Carlo. *La contabilità prima di Luca Pacioli: origine della partita doppia*. Pesquisa realizada no site <http://www.decomputis.org/> em 10/10/2005.

ARISTOTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução de Pietro Nasseti São Paulo: Ed. Martin Claret, 2005.

_____. *A Política*. Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2002.

BERLINCK, Horácio. *Contabilidade aplicada às empresas comerciais, industriais, agrícolas e Financeiras*. 6ª ed. São Paulo: Casa Duprat, 1921. I Volume.

BESTA, Fabio. *La Ragioneria*. 2º Ed. Milano: Cada editrice Dottor Francesco Vailardi. 1922.

BOUZADA, Manuel Ortigueira. La comunicacion y el éxito de los modelos. *Jornal dos técnicos de contas e da empresa*, nº 332, maio de 1993.

CARVALHO, Carlos de. *Estudos de Contabilidade*. 25ª ed. São Paulo: “Lisa” Livros irradiantes S.A. 1973.

CARQUEJA, Hernani O. *Do saber da profissão às doutrinas da academia*. *Revista de Contabilidade e Comércio*. Lisboa: EDICONTA, v. 59, nº 234-235. 2003.

CASELLA, Carlos Luis Garcia. *Necesidad de datos contables no financieros para tomar decisiones financieras*. Instituto de investigaciones Contables. Buenos Aires, Facultad de Ciencias Economicas de Buenos Aires, Nº 7, AÑO 4, junio de 1998.

CECCHERELLI, Alberto. *Il Linguaggio dei Bilanci*. 5º ed. Firenze: Felice Le Monnier, 1950.

D’AURIA, Francisco. *Varição do Valor Efetivo do Capital*. São Paulo: Ed. Atlas, 1953.

_____. *Estrutura e Análise de Balanço*. 3ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1955.

_____. *Primeiros Princípios de Contabilidade Pura*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

_____. *Contabilidade Integral*. Conferência Interamericana de Contabilidade. São Paulo: FCE. 1954.

_____. *Cinqüenta anos de Contabilidade*. São Paulo: Indústria Gráfica Siqueira, 1953.

_____. *Contabilidade Geral (Teoria da Contabilidade Patrimonial)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

_____. *Revisão Contábil*. 2ª ed. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1962.

DIAS, Fernando Caetano. *A técnica da Leitura dos Balanços*. 2ª ed. Lisboa: Livraria Moraes, 1944.

EINSTEIN, Albert; INFELD, Leopold. *A evolução da Física*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1988.

FERREIRA, Rogério Fernandes. Lucro. *Revista Paulista de Contabilidade*. São Paulo: SCSP, V. 64, n. 468, 1985.

FLORENTINO, Américo Mateus. *Classificação de Patrimônio para uma análise econômica dos Balanços das empresas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1963.

_____. *Análise Contábil: Análise de Balanços*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1990.

_____. *Custos: Princípios, Cálculo e Contabilização*. 4ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

_____. O crescente domínio da matemática no desenvolvimento da Contabilidade. *Revista Paulista de Contabilidade*, São Paulo: Sindicato dos Contabilistas de São Paulo, p.19-21, jun.1999.

FRANCO, Hilário. *Fundamento Científico da Contabilidade*. São Paulo: Ed. Revisora Gramatical, 1950.

_____. Estrutura, análise e interpretação de balanço. 12. Ed. São Paulo: Atlas, 1973.

GUIMARÃES, Joaquim Fernando da Cunha. História e Teoria da Contabilidade: Breve Reflexão. Pesquisa realizada em www.infocontab.com.pt em 27 de out. de 2005.

HAWKING, Stephen Wiliam. Uma breve história do tempo. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1999.

HERCKERT, Werno. Economicidade da pequena célula social. *Revista Mineira de Contabilidade*, Belo Horizonte, MG, nº 02, 1. Trim. CRC-MG, 2001.

HOOG, Wilson Zappa. Axioma da preservação das células. Pesquisa realizada no site www.zappahoog.com.br 30 nov. 2005.

IUDICIBUS, Sergio de. Existirá a contabilometria? Revista Brasileira de Contabilidade, Rio de Janeiro, CFC, Ano XII, nº 41, abr/jun de 1982.

JÚNIOR Frederico Herrmann Análise de Balanço para a Administração Financeira. 10ª ed. São Paulo, Ed. Atlas. 1975.

_____. Contabilidade Superior. 9ª edição, São Paulo. Ed. Atlas 1972.

KASSAI, José Roberto. Conciliação entre a TIR e o ROI: Uma abordagem matemática e Contábil do Retorno do Investimento. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, Ano XXVI, nº 103, Jan./Fev. de 1997.

KLEIN, Tolstoi C. História da Contabilidade - noções gerais. Rio de Janeiro: Ed. Aurora, 1954.

_____. Contabilidade Superior: Estrutura e Análises de Balanços. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Aurora, 1954.

MARQUES, José Luis Lopes. O professor Jaime Lopes de Amorim - Homenageado pelos institutos superiores de Contabilidade e Administração. Jornal do Técnico de Contas e da empresa, Lisboa: Publicistado, Publicações e estudos técnicos, v. 25, nº 327, dez. 1992.

MATARAZZO, Dante C. Análise Financeira de Balanços: Abordagem Básica e Gerencial. 5ª ed. São Paulo: Atlas: 1998.

MASI, Vincenzo. Ragioneria e non Ragioneria. Rivista Italiana di Ragioneria, Roma: Federazione Nazionale dei Collegi dei Ragionieri. Anno XLIII, série 2, Gennaio-Febrario de 1950.

_____. A contabilidade e suas atribuições essenciais no mais próximo futuro. Revista Paulista de Contabilidade, São Paulo: SCSP, n. 434, 1971.

_____. La Ragioneria Nell'età Moderna e Contemporanea. Texto revisado e completado por Carlo Antinori. Milão: Giuffré Editore, 1997.

MELLO, Carlos Espírito Santo S. de. Análise de Balanços (da empresa, sob o ponto de vista financeiro). Lisboa: Portugalia Editora, 1953.

MONTEIRO, Martim Noel. Economia e Contabilidade das unidades de Consumo. Lisboa: Portugalia Editora, 1968. Coleção "Economia e Finanças".

_____. Algumas reflexões sobre princípios básicos de contabilidade. Revista Paulista de Contabilidade. São Paulo: SCSP, v. 62, nº

465. 1983.

_____. A origem da Partida Dobrada. *Revista Paulista de Contabilidade*. São Paulo: SCSP, v. 65, nº 469, 1986.

MYER, John N. . *Análise das Demonstrações Financeiras*. São Paulo: Ed. Atlas, 1972.

NASCIMENTO, José Amado. *Filosofia da Contabilidade (XII)*. *Revista Brasileira de Contabilidade*. Rio de Janeiro: CFC, Ano XV, nº 54, jul/set de 1985.

RIPARBELLI, Alberto. La formazione e L'interpretazione dei bilanci commerciali in una recente pubblicazione. *Rivista Italiana di Ragioneria*, Roma: Federazione Nazionale dei Collegi dei Ragionieri. Anno XVIII, Nº 1-2, Gennaio-Febbraio de 1940.

ROHDEN, Humberto. *Einstein: O enigma do Universo*. 5ª ed. São Paulo: Ed. Alvorada. 1987.

SÁ, Antonio Lopes. *Teoria geral do conhecimento contábil*. Belo Horizonte: IPAT-UNA, 1992.

_____. *Filosofia da Contabilidade*. Rio de Janeiro: Ed. Aurora, 1953.

_____. *Teoria do capital das empresas*. Rio de Janeiro: FGV, 1965.

_____. *O equilíbrio do Capital das Empresas*. Belo Horizonte: Estabelecimentos Gráficos Santa Maria S/A, 1959.

_____. *Historia Geral e das Doutrinas da Contabilidade*. São Paulo: Ed. Atlas. 1997.

_____. *História da Contabilidade*. Belo Horizonte: Ed. Presidente. 1961. 3 V. *Enciclopédia moderna de Contabilidade*.

_____. *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Ed. Atlas. 1999.

_____. *Estudo Analítico da Rentabilidade das Empresas*. Rio de Janeiro: APEC, 1971.

_____. *Curso Superior de Análise de Balanços*. 3ª ed. São Paulo: Ed. Atlas. 1973. Volume I e II

_____. *Considerações em Torno do Conceito de Rédito em Contabilidade*. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, DF, nº 94, Ano XXIV, Julho/Agosto de 1995.

_____. *Filosofia da Contabilidade: Introdução ao estudo*. *Revista do Conselho Regional de contabilidade*, Porto Alegre: CRCRS, nº 30, p. 44-488, dez de 1981.

SILVA, Rodrigo Antonio Chaves da. *Filosofia da Análise da Esta-*

bilidade da Liquidez. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, Florianópolis, SC, v. 4, nº 11, CRCSC, 2006.

_____. *Análise da Tendência Patrimonial*. *Revista Mineira de Contabilidade*, Belo Horizonte, MG, nº 22, 2º trimestre, CRCMG, 2006.

_____. *Análise Estrutural e Neopatrimonialismo*. Disponível no site: www.infocontab.com.br acesso em 20 de Fev. de 2007.

_____. *Dinâmica Patrimonial*. *Revista do Conselho Regional do Paraná*, Paraná, PR, nº 144, 1º Quadrimestre, CRCPR, 2006.

_____. *Liquidez estática e dinâmica*. *Revista Mineira de Contabilidade*, Belo Horizonte, MG, nº 20, 4º trimestre, CRCMG, 2005.

_____; HERCKERT, Werno. O futuro da riqueza: Análise da Tendência Patrimonial. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, DF, nº161, CFC, Setembro/Outubro de 2006.

_____. *Evolução doutrinária da contabilidade, Patrimonialismo e Neopatrimonialismo*. *Revista Contabilidade e Informação*, Universidade Ijuí, Janeiro a junho de 2006.

_____. *Rotação do Capital*. *Informativo do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo*. Ano XXXVII, nº 162, Mar a maio de 2007.

_____. *As relações lógicas do fenômeno patrimonial*. Pesquisa realizada no site <<http://www.gestiopolis.com/canales8/fin/objeto-contable-y-la-relacion-patrimonial.html>>>em 20 de jan. de 2007.

STEINSTRASSER, Albino Mathias. Componentes do ativo e a análise externa. *Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: CRCRS, n. 29, p. 9-19, set./nov. 1981.

VALLE, Francisco. Conceito e Significado das Mais-Valias em Contabilidade. *Revista Paulista de Contabilidade*, São Paulo: SCSP, v. 55, nº 453, 1977.

_____. *As Mutações ou Variações Patrimoniais em Contabilidade*. *Revista Paulista de Contabilidade*, São Paulo: SCSP, v. 63, nº 467, 1984.

_____. *Considerações Referentes aos termos Ativo e Passivo*. *Revista Paulista de Contabilidade*, São Paulo: SCSP, v. 58, nº 460, 1980.

ZAPPA, Gino. *Il Rédito di Impresa*. 2ª edição. Milão: Dott. A. Giuffrè - Editore, 1950.